

Abreu nega adoção de medida

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, negou ontem que o governo esteja estudando a adoção de uma política de redutor de preços e salários, nos moldes propostos pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, para conter a inflação que ameaça chegar a 926% até o final do ano. Ele admitiu porém que a medida já foi estudada e que é "uma idéia muito boa, que deve ser debatida".

Entretanto, frisou o ministro, depois desta alternativa ter sido estudada, chegou-se a conclusão que a economia não possui alguns pré-requisitos para sua adoção, como uma política fiscal mais ajustada e uma política monetária mais ativa.

Não há condições de aplicar uma medida deste tipo ainda este ano. Precisamos primeiro reduzir o déficit público

aos níveis planejados — disse Abreu.

Ele informou também que esteve com o presidente Sarney na sexta-feira, durante quatro horas, e, em nenhum momento foi informado de que o Palácio do Planalto estaria novamente estudando a proposta de Simonsen. O presidente Sarney, no entanto, antes de embarcar para a Bolívia, passou ontem o dia no Alvorada analisando a proposta.

De qualquer forma, segundo Abreu, o governo não pensa em abrir mão dos mecanismos ortodoxos que vem adotando até agora para tentar conter a inflação. Segundo ele, é possível que a partir de agora, o governo adote uma política monetária mais apertada e mais ativa, mantendo uma taxa de juros real, e uma política fiscal mais eficiente, para tentar baixar o déficit público.

O ministro do Planejamento admitiu, no entanto, que este ano não há muito espaço para se aperfeiçoar a política fiscal, já que um aumento da carga tributária só pode ocorrer a partir do ano que vem. Disse, no entanto, que os estudos do INPES demonstram que houve uma redução no déficit público, o que, segundo ele, demonstra que o governo está adotando uma política fiscal eficaz.

Apesar de o Brasil ter acertado no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma inflação de 700% ao ano, Abreu não acredita que o fato de as taxas ultrapassarem o que foi negociado no acordo traga maiores problemas nas liberações dos desembolsos. Segundo ele, a inflação de 700% não é uma meta. As metas são o déficit público, o nível de reservas, a política monetária.